

O Conde de Ferreira

artigo de Jorge Fernandes Alves



1782 - 1866

Comerciante e filantropo, Joaquim Ferreira dos Santos - Conde de Ferreira nasceu na freguesia de Campanhã, arredores do Porto, a 4 de outubro de 1782.

Com o objetivo de seguir o sacerdócio o jovem Joaquim Ferreira dos Santos estudou latim, lógica e retórica. Concluindo que não tinha vocação para o estado clerical, abandonou os estudos aos 14 anos de idade, empregando-se como caixeiro. Logo manifestou vontade de ir para o Brasil e seguir a carreira comercial. Os conhecimentos que adquirira viriam a ser úteis, mais tarde, na sua carreira comercial.

Depois de um curto período como caixeiro no Porto, contrariando os pais, emigrou para o Brasil em 1800, levando consigo carta de recomendação dirigida a um parente que se encontrava estabelecido como comerciante no Rio de Janeiro. No Brasil, ajudado e protegido pelo seu parente, foi prosperando no negócio, dedicando-se ao comércio de produtos enviados do Porto.

Estabeleceu relações comerciais com Buenos Aires dirigindo, depois, as suas atenções para África. Com o intuito de alargar as suas relações com essa parte do mundo, criou várias feitorias em Angola e montou um lucrativo

negócio. Regressou a Portugal, em 1832 e estabeleceu-se como grande capitalista e proprietário na cidade do Porto.

A rainha D. Maria II de Portugal agraciou Joaquim Ferreira dos Santos com o título de barão, por decreto de 7 de Outubro de 1842, de visconde, em 22 de Junho de 1843, e de conde de Ferreira, em 6 de Agosto de 1850, pelos serviços prestados ao País e ao Partido Constitucional.

Ingressou na política ativa, sendo feito par do Reino por carta régia de 3 de Maio de 1842.

Foi também feito fidalgo cavaleiro da Casa Real, membro do conselho da rainha D. Maria II, comendador da Ordem de Cristo e recebeu a grã-cruz da Ordem de Isabel a Católica de Espanha.

Faleceu na cidade do Porto em 24 de Março de 1866, com 84 anos de idade.

Na falta de descendência legítima e possuindo avultados rendimentos, deixou a sua fortuna a um grande conjunto de beneficiários.

Conhecedor da situação vivida, em Portugal, na âmbito dos edifícios escolares e, por considerar a instrução pública em elemento essencial para o bem da sociedade, legou uma avultada quantia para a construção de 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos.

Sobre a construção das escolas, o Conde de Ferreira escreveu:

"Convencido de que a instrução pública é um elemento essencial para o bem da Sociedade, quero que os meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho sendo todas por uma mesma planta e com acomodação para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa e mobília a quantia de 1200 reis e pronta que esteja cada casa não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça de concelho e preferirão aquelas terras que bem entenderem".

Das 120 escolas previstas no testamento do conde, foram construídas 91, das quais 21 foram, entretanto, demolidas. As restantes 70 continuam a funcionar para os mais diversos fins, desde ensino a serviços municipais, passando por sedes de juntas de freguesias, bibliotecas, museus municipais ou mesmo instalações de forças de segurança.

Cada escola Conde Ferreira, seguindo um projeto apresentado em 1866, é encimada por um pequeno frontão, que lembra um campanário,

apresentando-se como contraponto da igreja, com a qual procura concorrer, sendo um símbolo do positivismo nascente, aliado do progresso e da transformação social.

Alves, Jorge Fernandes, *Percursos de um brasileiro no Porto - O Conde de Ferreira*.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Sobre o mesmo tema, recomendamos outro texto do mesmo autor, publicado em 1992 na revista científica de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde Jorge Fernandes Alves faz um esboço biográfico do Conde de Ferreira.

Vide “Percursos de um brasileiro do Porto - o Conde de Ferreira” in Revista da Faculdade de Letras: História, 09, 1992, p.199-214.

(<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8841/2/2188.pdf>)